

O REGRESSO DE EMIGRANTES PORTUGUESES, ENTRE 1975 E 2001

Fernando RIBEIRO MARTINS

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna, 26 C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel. +351.217933519 Fax: +351.217977759 e-mail: sf.mar@mail.telepac.pt

Resumo

O objectivo deste artigo é analisar o regresso de emigrantes nacionais, chegados a Portugal Continental entre 1974 e 2001, com base nos dados dos recenseamentos decenais da população, efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística. A abordagem é eminentemente geográfica e quantitativa, privilegiando-se as representações e diferenciações espaciais à escala concelhia.

Palavras-chave: demografia, migrações, regresso de emigrantes, Portugal.

1. Introdução

Na última década, os investigadores e a comunidade científica em geral praticamente esqueceram o tema do regresso de emigrantes portugueses ao território nacional, o que, em grande parte, se compreende pela crescente intensidade dos fluxos de entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal, que fazem deste país, tradicionalmente emigratório, “*um país de imigração*”¹ (ESTEVES, M.; 1991). Os trabalhos mais importantes sobre a análise quantitativa do regresso de emigrantes, baseados quer nos recenseamentos gerais da população do INE (CONIM, C: 1984; AMARO, R. 1984 e 1985), quer em trabalhos de campo (POINARD, M.: 1983 e SILVA, M. et al: 1984), são quase todos anteriores à década de 90. Os poucos que entretanto surgiram, incidem sobre áreas restritas do território nacional (CEPEDA, F.: 1991; ROCA, M. e MARTINS, F. R.: 1997; PORTELA, J. e NOBRE, S.: 2002), abordam apenas alguns assuntos mais específicos relacionados com o tema (SANTOS, A.: 1992; ACHESON, J: 1993; NOBRE, S.: 1993; RAMALHO, J.: 1994; VILLANOVA, R. et al: 1995) ou são trabalhos

¹ Segundo a última estimativa do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, no final de 2003 o número de imigrantes estrangeiros (residentes e com autorização de residência) em Portugal atingia os 434 548 indivíduos o que representa um acréscimo de 400% em relação aos dados do Instituto Nacional de Estatística de 1981: 108 500 indivíduos.

de âmbito muito geral, sobretudo de índole teórica (ROCHA-TRINDADE, M.: 1995). Nesse sentido, o presente artigo, parte integrante de uma investigação mais vasta desenvolvida ao longo dos últimos três anos, foi o primeiro trabalho à escala nacional aproveitando nos resultados dos dois últimos recenseamentos do Instituto Nacional de Estatística (1991 e 2001) pelo que complementa e actualiza os estudos de C. CONIM e R. AMARO, desenvolvidos na década de 80 do século XX.

2. Fontes

Os recenseamentos decenais da população efectuados pelo Instituto Nacional de Estatística são as únicas fontes de informação que permitem estudar e perspectivar o número de regressos de emigrantes ocorridos em Portugal e a sua distribuição geográfica. Tal só é possível desde 1960, graças a duas questões de natureza retrospectiva acerca do local de residência em dois momentos que antecedem o respectivo censo: uma a 31 de Dezembro do penúltimo ano que antecede o do censo e outra a 31 de Dezembro, seis anos antes². Porém, os períodos considerados em cada recenseamento enfermam de algumas limitações que dificultam a análise comparativa do regresso de emigrantes (CONIM, C.; 1984: 81-2).

A primeira dessas limitações diz respeito ao facto de a data a que se reporta cada recenseamento não ser coincidente, pelo que os períodos de tempo a que se referem os dados também não o serem; mais: o censo de 1981 considerou como ano de referência não o ano de 1975 mas o de 1973, para poder incluir a vaga de retornados das ex-colónias ocorrida naquele ano. Em síntese, os períodos em que existe informação estatística disponível sobre regresso de emigrantes são os seguintes:

- Censo de 1960: de 31 de Dezembro de 1959 a 15 de Dezembro de 1960 = (1 ano).
- Censo de 1970: de 31 de Dezembro de 1969 e 1965 a 15 de Dezembro de 1970 = (1 ano) e (5 anos).
- Censo de 1981: de 31 de Dezembro de 1979 e 1973 a 16 de Março de 1981 = (1 ano + 2 meses e meio) e (7 anos + 2 meses e meio).

² Note-se que esta segunda questão apenas foi efectuada nos recenseamentos de 1970 e seguintes.

- Censo de 1991: de 31 de Dezembro de 1989 e 1985 a 15 de Abril de 1991 = (1 ano + 3 meses e meio) e (5 anos + 3 meses e meio).
- Censo de 2001: de 31 de Dezembro de 1999 e 1995 a 12 de Março de 2001 = (1 ano + 2 meses e meio) e (5 anos + 2 meses e meio).

A segunda limitação é a de que os dados disponíveis não traduzem com rigor a variável que representam, por:

- a) nem todos os residentes no estrangeiro preencherem a condição de emigrante;
- b) não terem em conta a influência da mortalidade nem a ocorrência de ciclos migratórios anteriores ao momento censitário;
- c) não considerarem os indivíduos nascidos após a data de observação retrospectiva; e,
- d) dependerem do grau de qualidade de cada operação censitária, sendo o censo de 1970 o que, à partida, oferece menor grau de confiança, estimando-se estar subavaliado em 5,4%, enquanto no censo de 1981 essa subavaliação foi apenas de 0,5% (CONIN, C; 1984:83).

Em síntese, os principais inconvenientes dos dados disponíveis devem-se a: subavaliar o número de regressados, incluir indivíduos que não foram emigrantes, apresentar variações na amplitude dos períodos de observação, não traduzirem as variações inter anuais do número de regressados e não contemplarem todo o período inter censos. Por isso, como refere C. CONIM (1984:83), os emigrantes regressados identificam-se com “...o que podemos designar de saldo de portugueses regressados do estrangeiro e aí residentes numa data de observação retrospectiva, sobreviventes à ocorrência da mortalidade e de novo ciclo emigratório...”.

Ainda assim, não restam dúvidas quanto à utilidade dos dados estatísticos disponibilizados pelo INE, sendo a sua importância relevante tanto no âmbito do prognóstico de tendências como na análise regional em geral; e vários especialistas até recomendam que “os recenseamentos da população sejam considerados como a principal fonte de informação sobre as migrações...” (CONIM, C.; 1984a)³.

A informação estatística disponível permite saber não apenas o número de indivíduos residentes no país que entraram nos períodos atrás referidos mas, também, desde o recenseamento de 1981, o país de proveniência desses migrantes. Esta novidade tornou possível, com as

³ Citando “L’Offre et les migrations de main d’oeuvre en Europe: Dimensions démographiques (1950-1975) et perspectives”. Secrétariat de la Commission Economique pour l’Europe. Genève-N. York, 1980, p. 65.

limitações já referidas, a análise da evolução do número de regressados segundo a sua proveniência e as áreas do território nacional para onde ocorreu esse regresso, tendo os últimos três recenseamentos um grau de desagregação da informação que pode ir até ao nível de freguesia.

É, pois, com base na informação disponível pelos últimos três recenseamentos, que desenvolvemos a análise do regresso de emigrantes ao território de Portugal continental, optando por considerar como unidades de referência espacial, primeiro as NUT III do continente⁴ e depois o concelho, que nos parece ser a unidade espacial mais adequada para analisar este fenómeno, em virtude do comportamento muito diferenciado entre concelhos. Só uma representação espacial a esta escala permite realçar diferenças fundamentais que, em unidades de maior dimensão, como as NUT III, não se conseguem diferenciar.

3. Os números⁵

Ao estudar o regresso de emigrantes com base nos recenseamentos de 1960, 1970 e 1981, C. CONIM (1984:90) constatou que, entre aqueles anos, o número de regressados havia registado acréscimos generalizados ao nível do continente, de, respectivamente, +92% e +288%, que, em nove distritos⁶, foram superiores a 300%, só naquele último período. Durante o ano de 1960, apenas o distrito de Lisboa apresentou um fluxo de regressos superior a mil indivíduos (1 853) enquanto em 1970 esse limiar foi ultrapassado nos distritos de Lisboa, Aveiro, Porto e Braga e, em 1980, em todos os distritos do continente, com excepção de Portalegre, Évora e Beja. Neste ano, Bragança, Coimbra, Faro, Santarém, Setúbal e Viseu registaram valores compreendidos entre 2 000 e 3 000 regressos, Braga e Leiria, entre os 3 000 e 4 000, e, Aveiro, Braga Lisboa e Porto ultrapassaram os 5 000.

⁴ NUT é a sigla de Unidade Territorial para Fins Estatísticos, constituída pela agregação de municípios; foram criadas em 1986 (D.L. n.º 34/86 de 5 de Maio) com vista a ultrapassar, como se pode ler no texto legislativo, “...as divergências que se verificam[vam] entre as matrizes de delimitação espacial adoptadas ou utilizadas pelos diferentes sectores administrativos...”, que era afinal uma das exigências da política regional comunitária (DG XVI) e, também, uma recomendação do Banco Europeu de Investimentos que utiliza informação estatística regional. Com aquele diploma, o território continental foi repartido em *unidades territoriais* pressupondo três níveis de desagregação: nível I - Portugal Continental; nível II - 5 regiões (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo⁴, Alentejo e Algarve); nível III - 27 regiões constituídas por agrupamentos de concelhos. Entretanto, o D.L. n.º 46/89 de 15 de Fevereiro, elevou o número de unidades territoriais nível III para 28, e o D.L. n.º 244/2002 de 5 de Novembro, introduziu alterações na delimitação de algumas dessas unidades.

⁵ Iremos cingir-nos apenas à área do continente, excluindo as ilhas que apresentam uma realidade distinta.

⁶ Vila Real, Coimbra, Castelo Branco e Portalegre com acréscimos entre 300 e 400%; Bragança, Leiria, Santarém, Setúbal e Beja com mais de 400%.

Considerando os períodos de observação quinquenal, confirmaram-se as tendências já referidas, surgindo em primeiro lugar os distritos de Lisboa e do Porto com, respectivamente, 6 600 e 3 670 indivíduos, os únicos que entre 1966 e 1970 registaram valores superiores a 2 500 indivíduos. De 1976 a 1980 o distrito de Lisboa registou 17 000 regressos, o do Porto 14 000 e o de Leiria 11 000, tendo os restantes distritos do continente, à excepção de Bragança, Vila Real, Portalegre, Évora e Beja, ultrapassado os 5 000 indivíduos, durante aquele período.

Com o abandono da divisão do país em distritos e a criação das novas unidades territoriais para fins estatísticos — as NUT — faz todo o sentido que utilizemos, em substituição daqueles, as novas unidades (nível II e III) como elemento de referência, o que só é possível com os dados dos recenseamentos de 1981 e seguintes.

A análise por NUT II revela, como se pode observar no quadro 1, comportamentos diferenciados ao longo dos três períodos em análise.

Entre 1976 e 1981, as regiões que actualmente constituem as NUT II Norte e Centro receberam, cada uma, cerca de 1/3 do número total de emigrantes regressados (\approx 49 000 indivíduos), enquanto Lisboa (NUT II), que inclui a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, apenas cerca de 1/4 (aprox. 37 000 indivíduos). Comparativamente, o Algarve (4,7%) e o Alentejo (4,2%) acolheram muito poucos ex-emigrantes portugueses (apenas seis a sete mil indivíduos).

No segundo quinquénio da década de 80 (1976-81), período em que se registou uma quebra de quase 9% no número de regressados ao Continente (menos 11 700 indivíduos), a NUT II Norte reforçou a sua posição relativa face às restantes regiões, acolhendo 40% dos regressados neste período. Porém, o reforço da posição da região Norte não se deveu a um acréscimo do número de regressos — uma vez que entre 1976/81 e 1988-91 recebeu 1 274 pessoas a menos—, mas devido à conjugação de dois outros factores: em primeiro lugar, devido a uma quebra significativa no número de regressos na generalidade das NUT III, mais acentuada no Oeste (-50%), na Beira Interior Sul e no Pinhal Litoral (-44%), na Grande Lisboa (-40%), na Beira Interior Norte (-38%) e no Alentejo Litoral (-31%); em segundo lugar, ao facto de, no quinquénio 1986-91, as NUT III da região Norte, serem praticamente as únicas⁷ que registaram acréscimos no número de regressos, comparativamente a 1976-81: +42% no Entre Douro e Vouga, +3% no

⁷ Com excepção da Serra da Estrela (+1,6%).

Tâmega e +1% no Cávado, apesar de algumas NUT dessa região terem sofrido quebras significativas: Alto Trás-os-Montes (-23%), Ave (-21%), Douro (-12%). As restantes NUT II do Continente também receberam, proporcionalmente, menos ex-emigrantes portugueses, sendo a quebra em Lisboa a mais acentuada (-4,5%).

Quadro 1. Repartição percentual dos emigrantes regressados às NUT do Continente (1976-81, 1986-91 e 1996-2001).

NUT II e III	%		
	76-81*	86-91	96-01
CONTINENTE	100,0	100,0	100,0
NORTE	33,2	39,8	37,9
Alto Trás-os-Montes	4,2	4,0	4,7
Ave	5,4	5,3	5,2
Cávado	3,8	4,7	5,1
Douro	2,8	3,0	3,5
Entre Douro e Vouga	2,6	4,5	3,5
Grande Porto	7,1	9,8	7,0
Minho Lima	4,6	5,0	5,2
Tâmega	2,7	3,5	3,9
CENTRO	33,0	30,7	34,0
Baixo Mondego	3,1	3,4	3,9
Baixo Vouga	5,2	7,6	5,6
Beira Interior Norte	2,7	2,1	1,9
Beira Interior Sul	1,5	1,1	0,9
Cova da Beira	2,0	1,5	1,3
Dão Lafões	4,0	4,1	5,8
Pinhal Interior Norte	1,4	1,1	1,3
Pinhal Interior Sul	0,3	0,3	0,4
Pinhal Litoral	5,0	3,4	5,2
Serra da Estrela	0,7	0,9	1,0
Médio Tejo	2,8	2,6	3,2
Oeste	4,2	2,6	3,5
LISBOA	24,9	20,4	19,3
Grande Lisboa	20,8	15,5	14,0
Península de Setúbal	4,1	4,9	5,3
ALENTEJO	4,2	3,9	4,8
Lezíria do Tejo	1,5	1,5	1,6
Alentejo Central	0,6	0,6	0,9
Alentejo Litoral	0,6	0,5	0,5
Alto Alentejo	0,6	0,6	0,5
Baixo Alentejo	0,9	0,8	1,2
ALGARVE	4,7	4,6	4,0
Algarve	4,7	4,6	4,0

(*) Excluindo os retornados das ex-colónias.

Fonte: INE, XI, XII e XIII Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Comparativamente ao período anterior, no quinquénio 1996-2001, a posição relativa das NUT II manter-se-ia, com excepção do Alentejo que, pela primeira vez, acolheu mais ex-emigrantes do que o Algarve (+1 100). Neste período, e no cômputo geral, os regressos aumentaram quase 17% (+20 500 indivíduos), aumento esse que se traduziu um aumento generalizado do número de indivíduos regressados a todas as NUT II, sem excepção: +11 000 indivíduos na “região” Centro, +5 500 no Norte, +2 600 em Lisboa, +2 000 no Alentejo, mas apenas 115 indivíduos no Algarve. É, por esta razão que, em termos relativos, apenas as NUT Centro e Alentejo receberam uma proporção maior do que no quinquénio anterior. A maior parte dos regressados continuou, portanto, a fixar-se no Norte (cerca de 53 800 indivíduos), no Centro (48 200) e em Lisboa (27 400), enquanto o Alentejo (6 800) e o Algarve (5 650), em conjunto, foram apenas preferidos por menos de 1/10 de todos os regressados neste período.

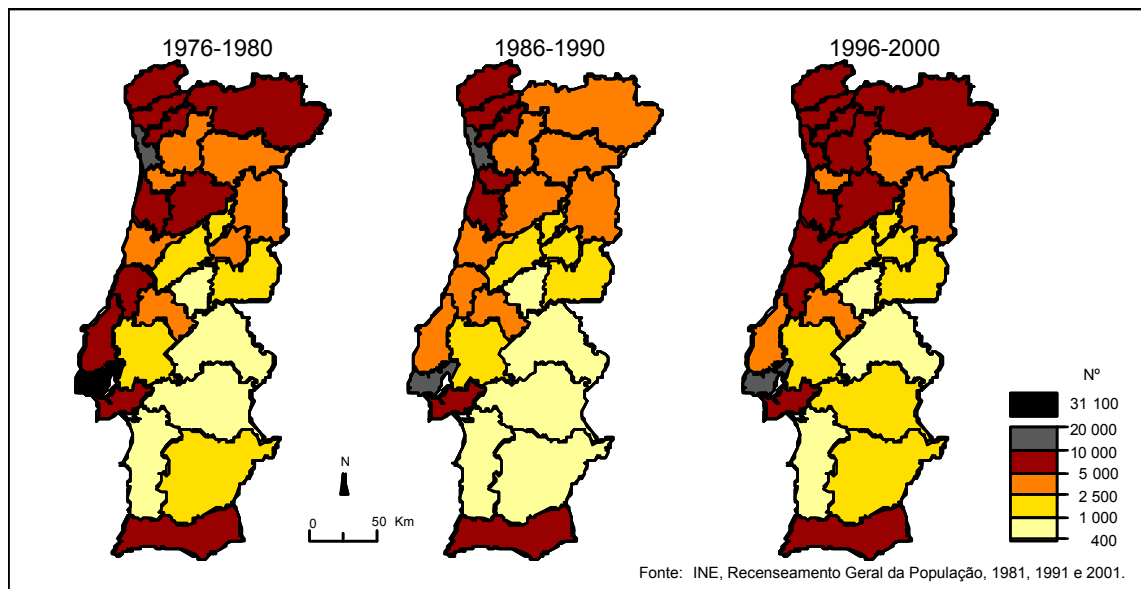
A análise por NUT III também revela diferenciações acentuadas. Dos mais de 133 000 regressados entre 1976 e 1981, apenas a Grande Lisboa e o Grande Porto receberam mais de 10 000 regressados, embora o quantitativo na Grande Lisboa (31 100) tivesse sido superior cerca de três vezes o do Grande Porto (10 500). No Norte, apenas as NUT III Douro, Entre Douro e Vouga, e Tâmega receberam menos de 5 000 indivíduos, enquanto na “região Centro” (com excepção do Baixo Vouga, Dão Lafões e Pinhal Litoral) e no Alentejo, todas as NUT estão abaixo desse limiar; cinco delas acolheram menos de um milhar de indivíduos e no Pinhal Interior Sul, onde se fixaram em menor número, menos de quatro centenas e meia.

A quebra do número de chegadas (-11 700 indivíduos) entre 1986 e 1991, comparativamente ao quinquénio anterior (1976-81), traduziu-se numa diminuição generalizada do número de regressados a todas as NUT III do Continente, com excepção da de Entre Douro e Vouga, Tâmega e Serra da Estrela, principalmente da primeira, onde o acréscimo foi superior a 1600 indivíduos. Uma vez mais, apenas a Grande Lisboa e o Grande Porto receberam mais de 10 000 regressados embora registassem comportamentos diferenciados: o Grande Porto registou um acréscimo de 13% (quase +1400 indivíduos), enquanto a Grande Lisboa registou uma quebra muitíssimo acentuada (-40%) ou seja, recebeu menos 12 350 indivíduos do que período anterior. Em termos relativos, apenas no Oeste (-50%), no Pinhal Litoral e na Beira Interior Sul (-44%) os decréscimos foram mais acentuados. Uma vez mais, o Pinhal Interior Sul foi a NUT com menor número de regressados (420), menos do que em qualquer das NUT alentejanas.

O acréscimo de quase 20 500 ex-emigrantes portugueses (+17%) registados no Continente entre 1996 e 2001 face ao período anterior (1986-91) traduziu-se num acréscimo generalizado dos regressados a todas as NUT III, mais expressivo em termos reais no Dão Lafões e no Pinhal Litoral (cerca de 3 200 indivíduos, a mais do que anteriormente) mais muito significativo, em termos relativos, no Alentejo Central e no Baixo Alentejo que quase duplicaram os valores anteriormente registados. Apenas nas NUT de Entre Douro e Vouga, Grande Porto e Baixo Vouga, se registaram decréscimos no número de regressados: entre 10% e 18%.

Em valores absolutos, apenas a Grande Lisboa (19 900) acolheu mais de 10 000 indivíduos. No Norte, apenas as NUT Douro e Entre Douro e Vouga receberam menos de 5 000 regressados mas estiveram muito próximo de o atingir. No Centro, só Baixo Vouga, Baixo Mondego, Dão Lafões, e Pinhal Litoral ultrapassaram este valor, mas Médio Tejo e Oeste registaram valores próximos deste limite. No Alentejo, só Alentejo Central e Baixo Alentejo acolheram mais de 1 000 regressados embora a NUT III com o menor número de regressados continue a ser a Pinhal Interior Sul (608 indivíduos).

Figura 1. Repartição do número de emigrantes regressados para as NUT III do continente (1976-81, 1986-91 e 1996-2001).

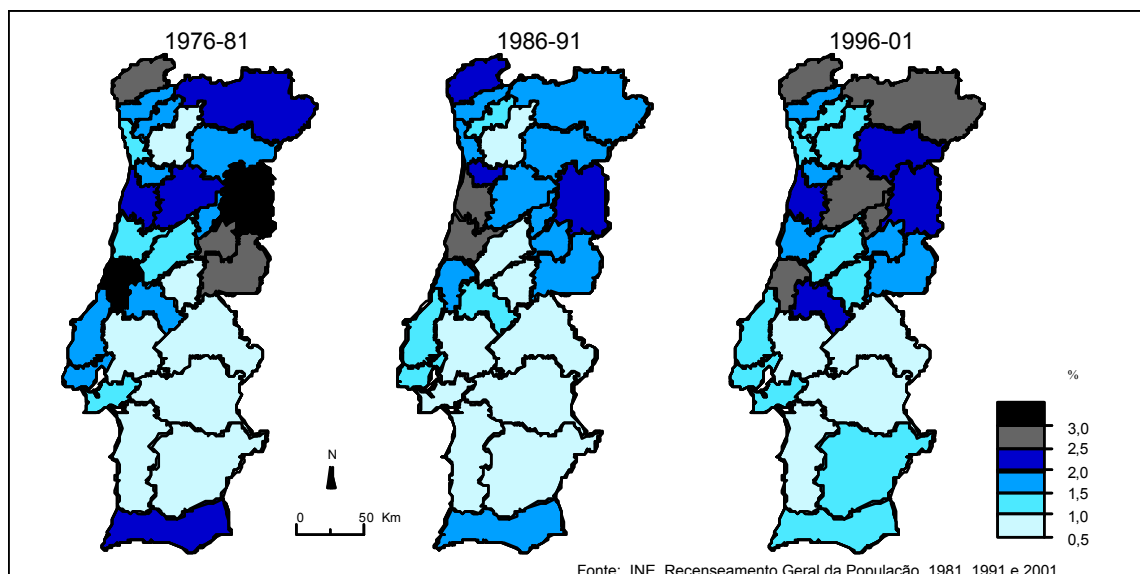


Como o regresso ocorreu maioritariamente para a metade norte do País, foi também aí que o número de regressados teve mais peso na população residente (fig. 2). Em 1981, os regressados

entre 1976 e 1981 representavam mais de 3% da população residente na Beira Interior Norte e no Pinhal Interior Norte, e mais de 2% em outras quatro NUT das “regiões” Norte e Centro. Apenas nas NUT do Alentejo, no Pinhal Interior Sul e no Tâmega essa proporção era inferior a 1%.

Dez anos volvidos, em 1991, e face ao decréscimo verificado no número de regressados, os ex-emigrantes chegados entre 1976 e 1981 representavam menos de 3% da população residente em todas as NUT III do continente, só ultrapassando os 2,5% no Baixo Mondego e no Baixo Vouga. No entanto, nestas duas últimas NUT e em Entre Douro e Vouga, Grande Porto, Pinhal Interior Sul e Serra da Estrela, a proporção de regressados face à população residente aumentou, em parte devido ao decréscimo acentuado da população em algumas destas NUT. Como em todas as outras situações, estas variações devem-se às variações do número de regressados, às perdas da população residente ou à conjugação simultânea destes factores.

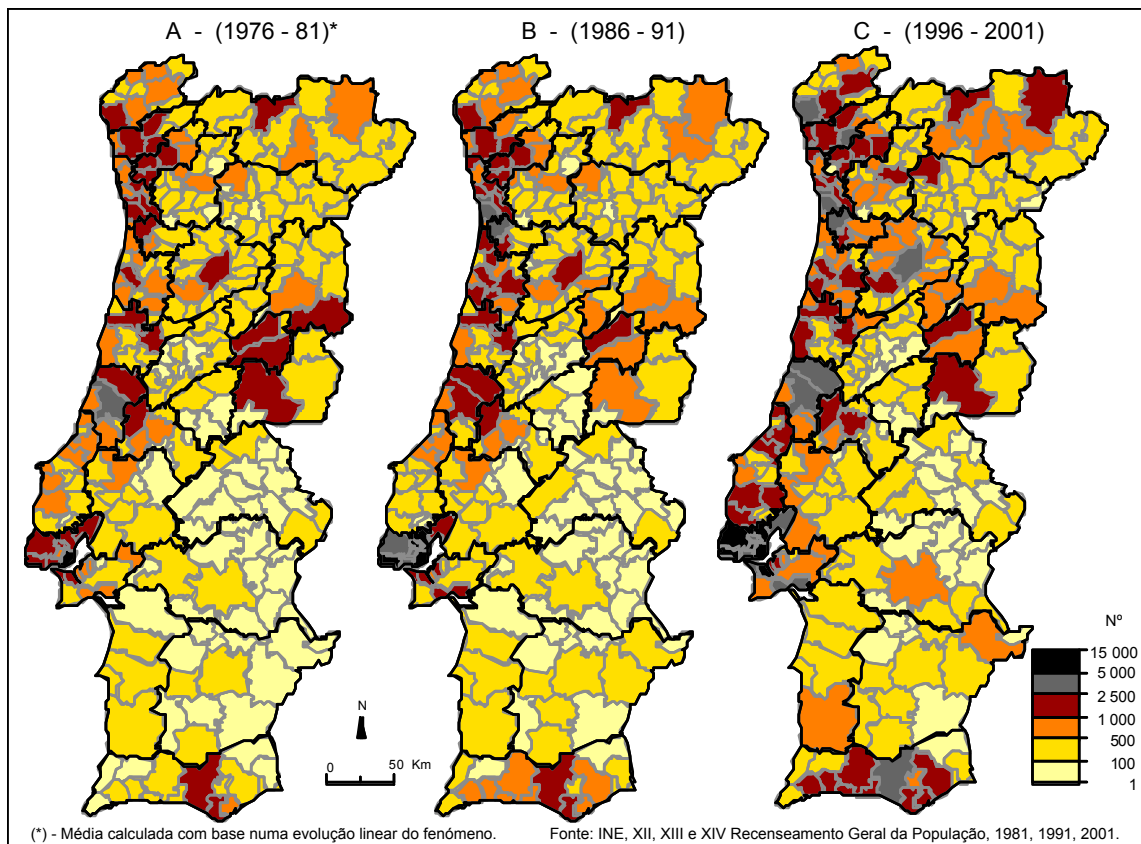
Figura 2. Proporção de emigrantes regressados, em relação à população residente (1976-81, 1986-91 e 1996-01)



À data do último recenseamento da população (2001), a proporção dos emigrantes portugueses regressados face à população residente, aumentou na generalidade das NUT do Continente, com excepção das NUT onde haviam anteriormente crescido (salvo o Pinhal Interior Sul e a Serra da Estrela) e da Cova da Beira, Grande Lisboa e Algarve. Apenas no Minho Lima, Alto de Trás-os-Montes, Dão Lafões, Serra da Estrela e Pinhal Litoral os regressados representam mais de 2,5% dos residentes à data do censo.

Uma análise mais pormenorizada do regresso de emigrantes tendo por base o nível de concelho (fig. 3) permite detectar diferenciações importantes, ressaltando desde logo, pela simples observação dos mapas, o comportamento irregular dos concelhos que compõem cada NUT III.

Figura 3. Repartição do número de emigrantes regressados, para os concelhos do continente (1976-81, 1986-91 e 1996-01).



Entre 1976 e 1981, parece esboçar-se uma certa tendência para os emigrantes regressados se fixarem nos concelhos mais próximos do litoral, mas não necessariamente litorais, entre Almada e Viana do Castelo. No entanto, alguns concelhos mais interiores como Chaves, Viseu, Sabugal, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, receberam também emigrantes em número significativo e da mesma ordem de grandeza (mais de mil pessoas). A sul do rio Tejo, à excepção de alguns concelhos da Península de Setúbal mais próximos da capital (Almada e Seixal) e de Faro e Loulé, no Algarve, os registos revelam números bastante menores; em todo o Alentejo, só

Beja (430), Évora (232), Odemira (254) e Santiago do Cacém (212) ultrapassaram os duas centenas de regressados.

No cômputo geral, destaca-se o concelho de Lisboa, que recebeu o maior número de emigrantes regressados neste período (5 227), seguindo-se-lhe, por ordem de importância, Leiria (3 273), Guimarães (2 484), Pombal (2450), Vila Nova de Gaia (2 428), Viana do Castelo (2 267), Cascais (2 244), Loures (2 223), Sintra (2 101), Feira (2 082) e Loulé (2 048), os únicos que acolheram mais de 2 000 emigrantes regressados portugueses.

No segundo período (1986-1991), o número de emigrantes regressados diminuiu, relativamente ao período anterior (-12 594 indivíduos), mas esse decréscimo não se traduziu numa diminuição generalizada a todo o país. De facto, quase 2/3 dos concelhos do Continente (194 concelhos) registaram aumentos do número de portugueses regressados e, em treze deles esse aumento foi igual ou superior a meio milhar de indivíduos. Destes, apenas os concelhos de Sabugal (+558 regressados), Castelo Branco (+537) e Covilhã (+531) não se localizam próximo da faixa litoral. Leiria e Pombal tiveram os aumentos mais expressivos, respectivamente, 1 290 e 1 448 mais regressados do que no período anterior. Em termos relativos, salientam-se os aumentos de Oliveira do Bairro, S. João da Madeira, Santa Marta de Penaguião e Barrancos, que mais que duplicaram os valores anteriormente registados, e de Tarouca que mais que triplicou.

Entre os 83 concelhos que receberam menos emigrantes regressados do que no quinquénio anterior (1976-81) contam-se concelhos de todo o País, localizados quer no interior quer junto ao litoral, embora os decréscimos mais significativos se tenham registado em concelhos do litoral. Entre estes, contam-se muitos concelhos da Grande Lisboa e do Grande Porto. Entre eles, Odivelas, Cascais, e Santa Maria da Feira, com reduções superiores a um milhar no número de regressados, e, Sintra, Amadora, Oeiras e Vila Nova de Gaia, com reduções superiores a meia milhar de indivíduos.

Nos concelhos mais interiores sobressaem, por exemplo, os aumentos em Tarouca (+216%) e Santa Marta de Penaguião (+118%), enquanto os concelhos que no período anterior haviam registado os valores mais elevados (Covilhã, Castelo Branco, Sabugal e Fundão) tiveram, todos eles, decréscimos superiores a 35%. Quase 1/3 dos concelhos litorais registaram-se quebras no número de regressados sendo as mais expressivas as dos concelhos de Odivelas e Peniche que receberam menos de metade dos emigrantes do que haviam recebido entre 1986 e 1991.

No período mais recente (1996-2001) o número de emigrantes regressados foi superior ao do quinquénio 1986-1991 (+17%, ou seja, +20 459 regressados), e a sua distribuição geográfica parece acentuar as tendências que já se evidenciavam no período anterior. Em primeiro lugar, um reforço da importância dos concelhos da faixa litoral, sobretudo da faixa ocidental a Norte de Setúbal. No entanto, alguns concelhos litorais ou próximos do litoral registaram quebras assinaláveis, tais como, Estarreja e Azambuja (-41%), Valença (-40%), Espinho (-39%), Valongo (-35%) e Murtosa (-31%).

Em primeiro plano surgem os concelhos da Grande Lisboa (19 893 regressos), enquanto o Grande Porto surge em posição mais secundária com menos de 10 000 indivíduos regressados. As NUT de Dão Lafões, Baixo Vouga, Península de Setúbal, (7 491), Pinhal Litoral (7 352), Minho-Lima (7 339), Ave (7 327) e Cávado (7 234) registaram, todas elas, entre 7 000 e 8 200 regressos no mesmo período. O valor mais elevado, por concelho, registou-se em Lisboa (5 061), seguindo-se-lhe, por ordem de importância, Sintra (4 326), Cascais (2 761), Loures (1 628), Almada (1 610), Amadora (1 495) e Odivelas (1 170), os únicos concelhos metropolitanos a receber mais de um milhar de regressados de nacionalidade portuguesa. Note-se que o Porto ocupa apenas a vigésima segunda posição entre os concelhos que receberam mais regressados (1 371), bastante menos do que Vila Nova de Gaia (2 516). No conjunto, trinta e quatro concelhos receberam mais de 1 000 indivíduos cada um mas, à excepção de Lisboa e Sintra, já referidos, nenhum ultrapassou os três mil indivíduos.

No Algarve, dez dos dezasseis concelhos aumentaram o número de regressados relativamente a 1986-1991, embora, em termos reais, esses aumentos só tenham sido significativos nos concelhos de Loulé e Faro, onde se fixaram, de acordo com os dados disponíveis, respectivamente, 1 184 e 734 ex-emigrantes.

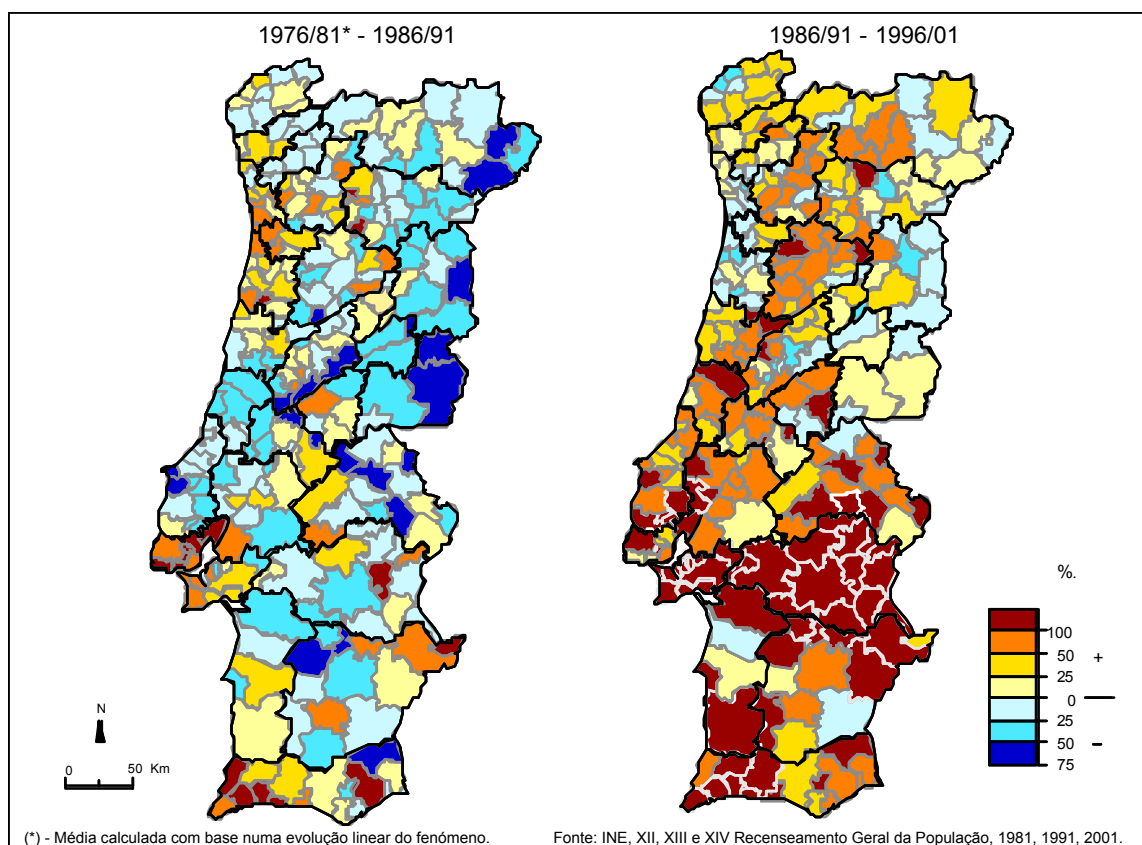
Em segundo lugar, é de referir que entre os concelhos que receberam um número muito elevado de emigrantes regressados se contam alguns fora das duas principais áreas urbanas do país; é, por exemplo, o caso de Pombal (2 964) e Leiria (2 948), localizados próximos do litoral, mas também de Viseu (2 587), Chaves (1 572), Castelo Branco (933) e Covilhã (932) no interior.

Em terceiro lugar, destaca-se o aumento do número de regressados para o Alentejo que, embora continue a ser a área do país onde o regresso tem menos expressão (tal como a

emigração), aumentou, significativamente, o número de regressados entre os dois últimos censos, como se pode observar na figura 4.

A análise desta figura permite constatar uma alteração nítida nas tendências dominantes, entre os quinquénios de 1976-81 e 1986-91: por um lado um número muito elevado de concelhos que registaram perdas significativas no número de regressados que aí fixaram residência; por outro, concelhos que registaram acréscimos significativos, em alguns casos mais que duplicando os valores anteriores. No primeiro caso, estão sobretudo os concelhos de uma larga faixa do interior Centro e Norte do país, mas também do Alentejo e de uma área litoral entre Mafra e Figueira da Foz.

Figura 4. Variação percentual do número de emigrantes regressados para os concelhos do continente, entre os períodos censitários.



Embora tanto uns como outros tenham, em alguns casos, registado perdas muito significativas, foi principalmente na faixa interior, que o decréscimo teve maior expressão e significado: Vimioso, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Almeida, Penamacor, Idanha-a-Nova,

Belmonte, mas também Crato, Monforte, Cuba, Beja, Ferreira do Alentejo e Alcoutim, entre outros, receberam menos de metade dos emigrantes do que em igual período anterior e, vários outros estiveram próximos disso, tais como Miranda do Douro, Sabugal, Trancoso, Oleiros... Nos concelhos da faixa litoral os decréscimos não foram tão acentuados e apenas Pombal, Lourinhã, Peniche e Bombarral receberam menos de metade dos emigrantes que haviam recebido anteriormente.

Na posição oposta encontram-se principalmente dois grandes grupos de concelhos: o primeiro grupo é composto pelos concelhos da Grande Lisboa e alguns da Península de Setúbal, destacando-se, entre eles, o concelho de Amadora que mais que duplicou o número de emigrantes regressados que aí fixou residência e os de Cascais e Oeiras que estiveram próximo de o conseguir. O aumento aqui registado teve especial significado na medida em que, sendo concelhos que anteriormente já recebiam emigrantes em número elevado, mais expressivo foi esse aumento.

Um segundo grupo é constituído por concelhos localizados próximo do Porto, tais como, São João da Madeira, Feira e Valongo, principalmente o de S. João da Madeira que registou o valor mais elevado entre os concelhos das duas Áreas Metropolitanas (+160%). Para além destes, e dispersos pelo território continental, encontram-se, também, concelhos que registaram acréscimos anormalmente elevados; entre eles, Tarouca, no Douro — que mais que quadruplicou o número de regressados relativamente ao quinquénio anterior — e, Santa Marta de Penaguião (também no Douro), Oliveira do Bairro (Baixo Vouga) e Barrancos (Baixo Alentejo) onde os valores anteriormente registados mais que duplicaram.

Outro aspecto a destacar é o comportamento irregular entre concelhos, uns registando aumentos muito significativos, outros perdas assinaláveis, cuja explicação se desconhece mas julgamos poder dever-se a diversas causas, de que aventamos algumas das mais prováveis: a emigração ter sido um fenómeno mais intenso nuns concelhos do que em outros; os principais países de destino dos emigrantes terem sido diferentes; a emigração ter ocorrido preferencialmente em períodos distintos e, consequentemente, também o regresso; alguns concelhos se revelarem mais atractivos ao regresso voluntário do que outros; ou, simplesmente, e em virtude do regresso de emigrantes ser, na generalidade das situações, uma decisão voluntária; por fim, os apuramentos censitários não traduzirem com rigor o fenómeno em causa.

Na verdade, e como anteriormente se referiu, não deixa de ser algo arriscado, numa variável desta natureza, extrapolar tendências para os últimos vinte e cinco anos tendo por base apenas dados referentes a três períodos, de cinco anos cada um, sendo um deles resultado de uma média a partir de dados de um período mais longo. Só por uma destas causas se poderá justificar, por exemplo, que o aumento do número de emigrantes regressados para os concelhos de Castro Verde e Redondo, seja, respectivamente, de +82% e +63% e quando os concelhos em seu redor registaram perdas significativas.

Entre os quinquénios de 1986-91 e 1996-2001 as tendências de evolução dominantes, em relação ao número de regressados por concelho são significativamente diferentes (fig. 5). Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos concelhos (73%) registou acréscimos no número de regressados quando no período anterior a proporção foi inferior a 30%. Em segundo lugar, é de salientar que os acréscimos mais significativos ocorreram principalmente na metade sul do continente, tendo, todos os concelhos do Alentejo Central (à exceção de Redondo), dez concelhos das restantes NUT III do Alentejo e um do Algarve, mais que duplicado, todos eles, os valores registados no período anterior. Os concelhos de Alvito e Cuba chegaram mesmo, respectivamente, a quintuplicar e quadruplicar os valores anteriores embora, nestes dois casos, como de resto em todos os concelhos alentejanos o número de regressados só tenha ultrapassado as três centenas em Évora (384 pessoas), Serpa (308) e Moura (601), e em dezanove casos nem sequer tenha chegado a meia centena, se se excluirmos os concelhos da Lezíria do Tejo que actualmente também pertencem ao Alentejo. Os menores valores registaram-se em Monforte que recebeu apenas cinco emigrantes, Marvão (11), Fronteira (14), Barrancos (16), Arronches (17), Sousel (18), os únicos que receberam menos de duas dezenas de ex-emigrantes.

Pelo contrário, no Algarve, Loulé recebeu quase 1 200 regressados; Faro, mais de 700, Portimão e Albufeira mais de 600 cada um, e Olhão 540. No entanto, Monchique, Alcoutim e Vila do Bispo receberam menos de meia centena de indivíduos.

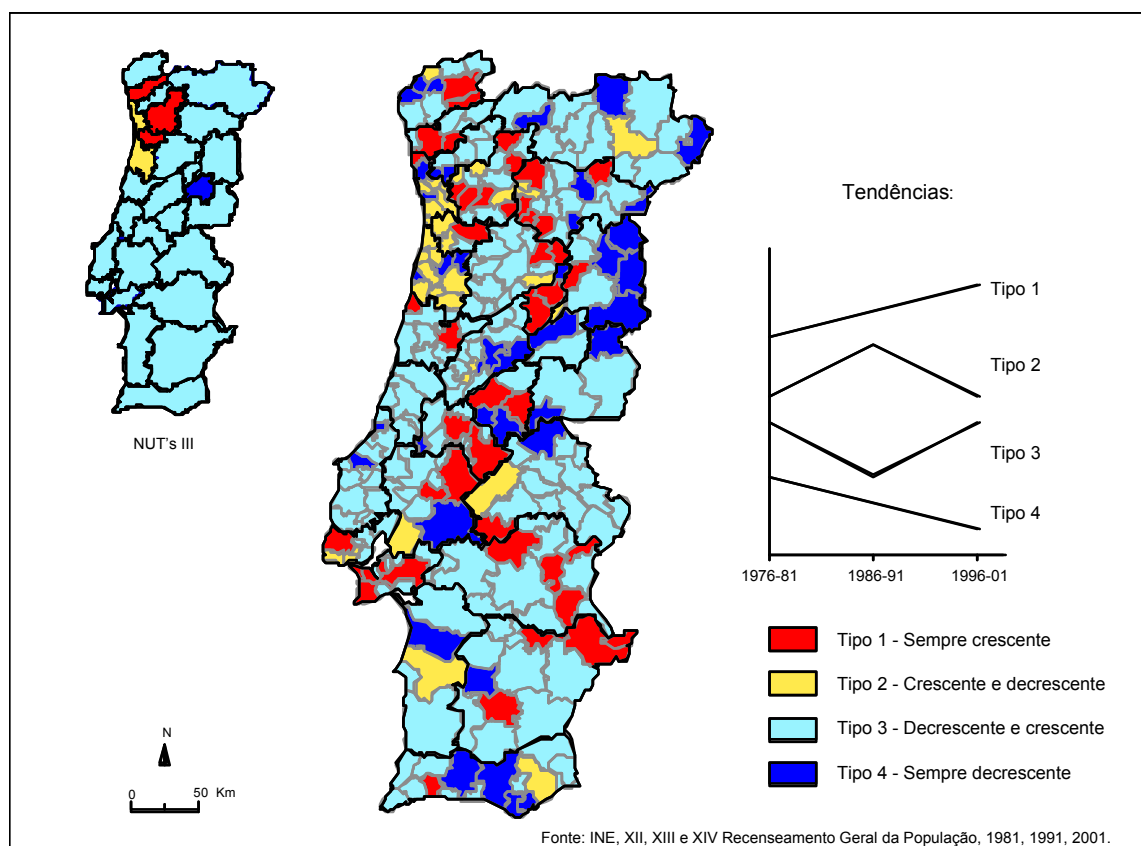
Mais importantes, em termos reais, foram os acréscimos ocorridos em concelhos próximos da capital, como Sintra Lisboa e Seixal, principalmente o primeiro, que recebeu quase um milhar e meio a mais do que no período anterior.

Acréscimos igualmente muito acentuados tiveram alguns concelhos do Norte e Centro do País, destacando-se entre eles, Miranda do Corvo (+186%), Mesão Frio (+180%), Pombal

(+155%), Sardoal (+143%), São Pedro do Sul (+128%) e Castro Daire (+124%), embora esses acréscimos, em termos reais, só tenham tido maior significado no caso do concelho de Pombal que recebeu mais 1 800 regressados do que anteriormente; nos restantes concelhos o aumento foi inferior a 200 ex-emigrantes, com exceção de Castro Daire (+306) e S. Pedro do Sul (+291).

As variações do número de emigrantes, ocorridas entre os três períodos em análise, permitiram identificar quatro tendências-tipo, representadas na figura 5, embora, em alguns casos, as variações tenham sido muito ténues; entre esses casos destacam-se os concelhos de Vila Flor (Douro), Constância (Médio Tejo), Marvão, Alter do Chão, Redondo, Castelo de Vide, Monforte, Sousel, Fronteira e Barrancos, cuja variação entre quinquénios nunca foi superior a dez emigrantes. Por motivos de simplificação da análise preferimos, no entanto, integrar estas situações nos quatro tipos dominantes.

Fig. 5. Tendências de evolução dos concelhos do continente em relação ao regresso de emigrantes, desde 1976.



Os concelho de tipo 1 caracterizam-se por terem registado nos dois últimos períodos em análise, e relativamente ao período anterior, acréscimos no número de emigrantes regressados, independentemente dos seus valores. No tipo 2 incluíram-se concelhos que registaram um aumento do número de regressados entre os dois primeiros períodos mas em que a tendência mais recente foi de decréscimo, mesmo que ligeiro. No tipo 3 incluíram-se concelhos com tendências opostas às dos concelhos do tipo anterior, ou seja, o número de emigrantes que aí fixou residência diminuiu entre o primeiro e o segundo momento de registo, mas aumentou entre os dois últimos momentos. Por último, incluíram-se no tipo 4 todos os concelhos que, em menor ou maior grau, viram sempre reduzidos os números de regressados que aí se fixaram.

A representação espacial dos quatro tipos acabados de referir é bastante elucidativa e vem de encontro ao que se tem vindo a referir. Assim, destaca-se que os concelhos do tipo 4 (com o número de emigrantes regressados sempre a decrescer) se localizam maioritariamente a Norte do rio Tejo, sendo as únicas excepções os concelhos de Coruche, Grândola, Elvas, Nisa e Aljustrel, no Alentejo, e os de Faro, Loulé e Olhão, no Algarve. Por outro lado, são maioritariamente concelhos raianos (Vinhais, Miranda do Douro, Freixo de Espada à Cinta, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal, Penamacor, Vila Velha de Ródão e Nisa), embora alguns estejam localizados numa posição mais central (Penedono, Fornos de Algodres, Covilhã, Mação, Vila de Rei, Castanheira de Pera, Góis, Pampilhosa da Serra e Aljustrel), e outros junto ao litoral (Vila Nova de Cerveira, Caminha, Vila do Conde, Trofa, Porto, Paredes de Coura, Ilhavo, Albergaria-a-Velha, Sever do Vouga, Nazaré, Óbidos, Grândola, Loulé, Faro e Olhão).

Em situação oposta (concelhos tipo 1), com emigrantes regressados em número cada vez maior, encontra-se 1/6 dos concelhos do continente, dispersos por todo o território, uns localizados junto ao litoral, outros mais próximos da raia, mas, a grande maioria, estruturados ao longo de um eixo central mal definido, que, a sul do Tejo se prolonga em direcção a Barrancos. Nas duas áreas metropolitanas poucos concelhos se incluem nesta categoria; apenas um na AM Porto (Póvoa de Varzim) enquanto na AM Lisboa se contam os de Sintra, Almada, Seixal, Moita, Palmela e Sesimbra.

Os concelhos do tipo 2 que, ao contrário do que ocorrera anteriormente, registaram decréscimos entre os dois últimos momentos, são em número relativamente pequeno (35 concelhos) e localizam-se maioritariamente na faixa litoral Norte, entre Matosinhos e Aveiro,

embora alguns deles sejam concelhos tipicamente interiores como Macedo de Cavaleiros, Mangualde, Peso da Régua, Figueiró-dos-Vinhos e Ponte de Sôr.

A situação mais frequente é a do tipo 3 que inclui mais de metade dos concelhos do continente (57%), localizados por todo o país, tanto em áreas próximas do litoral como do interior e, de Norte a Sul.

À partida, e unicamente com base nos dados referentes ao número de regressados nos vários períodos não é possível, com rigor, apontar as explicações que possam justificar os comportamentos acabados de referir. Em parte, essas diferenciações dever-se-ão aos países de proveniência dos emigrantes regressados (Vide MARTINS, F. R.: 2003), mas vários outros factores poderão também ser responsáveis, nomeadamente, variações no tempo de emigração, o desenvolvimento diferenciado do território nacional, além de factores aleatórios tanto conjunturais como do foro pessoal dos emigrantes e suas famílias.

4. Notas finais

Em síntese, e para que melhor se compreenda o interesse de um tema desta natureza, destacaremos três aspectos essenciais:

- Em primeiro lugar, a análise do regresso de emigrantes a Portugal, carece de um estudo actualizado e suficientemente amplo — à escala nacional — que permita conhecer com o mínimo de rigor os fluxos ocorridos nas últimas décadas, em especial nas duas últimas (80 e 90), que continuam por estudar, e as repercussões sociais e territoriais que lhe poderão estar associadas. O assunto é tanto mais pertinente quanto, como refere R. AMARO (1985:627), o regresso de migrantes “...*demonstra uma especial vocação para se dirigir para as regiões outrora mais abandonadas pelos que partiam (sobretudo para o estrangeiro), com a sua tendência para o regresso ao local de origem, canalizando para essas regiões mais marginalizadas recursos demográficos (homens e mulheres) que de lá andavam arredados nos últimos tempos. É (...), [por isso], uma oportunidade importante (ou mesmo única nos tempos mais próximos) para se repensar espacialmente o desenvolvimento em Portugal...*”.

- Em segundo lugar, perceber que, o regresso de emigrantes a Portugal se intensificou na última década, a fazer fé nos dados disponíveis pelo INE (de 121 398 indivíduos no quinquénio

1986-1991 para 141 857 no quinquénio 1996-2001), fenómeno que continua a ocorrer nos nossos dias e decerto continuará, com maior ou menor intensidade, enquanto houver emigrantes espalhados pelo mundo; basta pensar, por exemplo, que o número de portugueses e de origem portuguesa, residentes no estrangeiro, ascende a mais de quatro milhões e oitocentos mil⁸, e que acontecimentos vários, como os que infelizmente vêm ocorrendo na África do Sul podem, de um momento para o outro, motivar um incremento inesperado do número de regressos. Mais do que pela sua intensidade, a importância do regresso de migrantes deve avaliar-se pela sua continuidade e direcção.

- Por último, é necessário ter presente, que o contexto actual em que ocorrem os movimentos migratórios se alterou consideravelmente, em comparação com o das décadas anteriores, emergindo novos conceitos como “*circulação em duplo sentido*”, “*espaços de relação*”, “*espaços de mobilidade*” e “*espaços de vida*” (PEIXOTO, J.; 1993:292)⁹, que, contrapõem a noção habitual de *migração*¹⁰ “...a uma noção mais lata de mobilidade...” (Id:290). Face a estas alterações, do mesmo modo, a análise dos fluxos de regresso de emigrantes devem ser entendidos à luz dos novos padrões da sociedade actual: a maior mobilidade das pessoas, a abolição das fronteiras no *espaço Schengen* ou as novas formas de migração, por exemplo, têm, cada vez mais, implicações directas no dia a dia dos emigrantes e, consequentemente, na opção de regressar (ou não).

Pensamos que é chegado o momento de efectuar um estudo aprofundado sobre os emigrantes regressados a Portugal nas últimas duas décadas¹¹ e as consequências que daí advieram, não só para as áreas onde se fixaram, mas também para os próprios emigrantes. Importa perceber os reais problemas com que se deparam na reintegração na sociedade portuguesa e, de ora em diante, proporcionar-lhes as condições e o incentivo necessários para o aproveitamento das suas mais valias (capital e experiência adquirida) de que as regiões do interior tanto carecem. Não advogamos um tratamento especial para os emigrantes, diferenciado do da população residente, mas há que perceber que aqueles constituem um grupo com características e mais valias específicas que nem sempre se encontram nas populações locais que nunca se

⁸ Mais precisamente 4 862 093 portugueses, ou seja, cerca de 47% da população portuguesa residente em Portugal, de acordo com uma estimativa recente (Abril 2004), efectuada com base em informações transmitidas pelas Embaixadas e Consulados de Portugal, tendo por base as estatísticas dos países de acolhimento e inscrições consulares: cerca de 58% no continente americano, 30,8% em países europeus, 7,1% em África, 3,4% na Ásia e 0,7% na Oceania.

⁹ Citando Castro-Almeida e Courgeau.

¹⁰ Sobre este assunto consultar, por exemplo, PEIXOTO, J. (1998).

ausentaram da sua terra. Julgamos, pois, ser necessária, antes de mais, uma reflexão sobre estes temas, nomeadamente sobre o contributo que os emigrantes e os emigrantes regressados, deram e podem dar, para o desenvolvimento do país e das áreas mais desfavorecidas do interior em particular, onde se têm fixado em grande número.

Bibliografia

- ACHESON, Julianna (1993) - “ Le retour au pays: Vision ethnographique en milieu rural dans le Nord-Est du Portugal”. In *Vers un ailleurs prometteur... L’émigration, une réponse universelle à une situation de crise?*. Paris: Cahiers de L’Institut Universitaire D’Études du Développement, Presses Universitaires de France, p. 335-347.
- AMARO, R. Roque (1984) - “Reintegração em Portugal do ex-emigrante” (Cap. 4). In SILVA, M.; [et al.] (1984) - *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: IED, p. 111-162.
- (1984b) - “Retorno, emigração e desenvolvimento regional” (Cap. 5). In SILVA M. [et al.] (1984); *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa: IED, p. 163-234.
- (1985) - “Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: O caso dos emigrantes regressados”. In *Análise social*, Vol. XXI (87-88-89), 3º, 4º, 5º, p. 605-677.
- CEPEDA, F. J. (1991) - *Emigrantes regressados e desenvolvimento no nordeste interior português*. Série Estudos (17). Bragança: Edição do Instituto Politécnico de Bragança, Escola Superior Agrária, 60 p.
- CONIM, C. (1984) - “Emigrantes portugueses: O regresso 1960-1981”. In *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (26). INE, p. 77-125.
- (1984a) - “Caracterização do fluxo de retornos, 1960-70” (Cap. 1). In SILVA, M. [et al.] - *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Lisboa, IED, p. 27-61.
- ESTEVES, M. do Céu (Org.) (1991) - *Portugal, país de imigração*. Caderno nº 22. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 177 p.
- MARTINS, F. Ribeiro (2003) - *Pinhal Interior Sul e o regresso de emigrantes (1975-2001)*. Dissertação de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional, FCSH-UNL, Lisboa: [Polic.].
- NOBRE, Sílvia (1993) - *Emigration, retour et agriculture dans un village de Trás-os-Montes (Portugal)*. These presentee en vue de l’obtention du Diplome de Hautes Études du Centre International de Hautes

¹¹ Que desde 1982/83 não são objecto de nenhum estudo à escala nacional.

Études Agronomiques Méditerranéennes. Montpellier: Institut Agronomique Méditerranéen de Montpellier, 89 (43) p.

PEIXOTO, João (1993) - “Migrações e mobilidade: As novas formas da emigração portuguesa a partir de 1980”. In *Emigração, Imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional Sobre Emigração e Imigração em Portugal, Séculos XIX e XX. Lisboa: Editorial Fragmentos, p. 278-307.

— (1998) - *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações. Lisboa: Inst. Superior de Economia e Gestão. [Polic.], 563 p.

POINARD, Michel (1983) - “Emigrantes portugueses: O regresso”. In *Análise social*, Vol. XIX (75), 1º, p. 29-56.

— (1983a) - “Emigrantes retornados de França: A reinserção na sociedade portuguesa”. In *Análise social*, Vol. XIX (76), 2º, p. 261-296.

PORTELA, J.; **NOBRE**, S. (2002) - “Entre Pinela e Paris: Emigração e regressos”. In *Análise Social*, Vol. XXXVI (161), p. 1105-1146.

RAMALHO, J. Pereirinha (1994) - *Regresso dos emigrantes portugueses de segunda geração: Contribuição para um estudo psicológico*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, especialidade de Psicologia da Educação. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. [Polic.], 217 p.

ROCA, M. N.; **MARTINS**, F. (1997) - “Emigração, regresso e desenvolvimento no Alto Minho”. In Comunicação apresentada no *VI Encontro Nacional da APDR*. Braga: APDR, 19 p.

ROCHA-TRINDADE, M.B. (1995) - *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta, 410 p.

SANTOS, Annabelle T. dos (1992) - *Le phenomene du retour et de la reintegration des immigrés portugais de France dans la ville de São João da Madeira—Enquete*. Memoire de Maitrise Presente à l’Université de Haute-Bretagne, 107 p.

SILVA, M.; [et al.] (1984) - *Retorno, emigração e desenvolvimento regional em Portugal*. Caderno nº 8. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

VILLANOVA, Roselyne de; **LEITE**, Carolina; **RAPOSO**, Isabel (1995) - *Casas de sonhos. Emigrantes construtores no norte de Portugal*. Lisboa: Edições Salamandra, 233 p. (Edição portuguesa de *Maisons de Rêve au Portugal* (1991). Paris: Éditions Créaphis).

Estatísticas

INE (1960, 1970, 1981, 1991, 2001) - *Recenseamento geral da população e da habitação*. Lisboa: INE.